

IMPACTO DA GRANDE GUERRA EM ANGOLA

Miguel Júnior*

No decurso do primeiro quartel do século XX, no mundo ocorreu um acontecimento de grande proporção. Trata-se, concretamente, da Primeira Guerra Mundial. Guerra, que eclodiu em 1914 e culminou em 1918. Mas como a Primeira Guerra Mundial é um tema vasto e que comporta em si inúmeras questões, vamos abordar tão-somente algumas matérias.

A Primeira Guerra Mundial fez-se sentir no mundo de diferentes maneiras, pois uns viveram a guerra de forma directa e intensa e outros sentiram apenas os seus efeitos depois da guerra. Em África, por exemplo, a Primeira Guerra Mundial teve impacto directo sobre algumas paragens e noutras apenas se reflectiram os seus resultados.

De tal modo que, em certos países africanos, ocorreram incidentes e refregas militares, como consequência directa da guerra que se viveu na Europa, bem como se desenvolveram outras situações. Situações ligadas às atitudes assumidas por certos povos africanos, que se enquadram na perspectiva de luta contra a subjugação e ocupação das suas terras. Esses povos autóctones exploraram de forma hábil o momento gerado pela Primeira Grande Guerra e procuraram resistir de forma estrénuo à ofensiva colonial de presença efectiva nos seus territórios.

No âmbito do estudo sobre as situações que ocorreram em África, no contexto da Grande Guerra, há espaço para analisar o caso de Angola colonial, porquanto ela viveu a guerra em referência. Deste modo, o objectivo desta análise é investigar a repercussão da Primeira Grande Guerra em Angola no contexto da sua condição de colónia portuguesa. De todas as formas, antes de tudo, fazemos uma incursão sobre questões gerais e fundamentais relativas à guerra em análise, de forma a situar as coisas no seu lugar e a espelhar o quadro geral. Depois analisaremos outros elementos que configuram a problemática em estudo.

* Ph.D. em História e Gestão Estratégica. Texto produzido no âmbito do Mestrado em História Militar, na Academia de Portugal em parceria com a Universidade dos Açores (2006).

Por isso, vamos ver a atitude de Portugal em relação à guerra, à defesa dos seus interesses e com respeito a aliança secular com a Inglaterra. A seguir, passaremos em revista os interesses políticos e económicos da Alemanha e as alianças por si architectadas com determinadas populações autóctones de Angola e, no fim, examinaremos as posições assumidas por essas populações autóctones, devido às circunstâncias e aos interesses em jogo.

Depois de fazermos a resenha histórica sobre a guerra e a respeito dos três posicionamentos, a reflexão vai prosseguir com um sentido mais crítico de maneira a trazer para o corpo do texto todo um conjunto de considerações teóricas (História e Relações Internacionais). No fim, produziremos as conclusões.

I – Primeira Guerra Mundial

Desde já, vamos abordar o tema sobre a Primeira Guerra Mundial começando por examinar as causas remotas e imediatas que estiveram na sua origem, mas estabelecendo, ao mesmo tempo, conexões e descrevendo factos concretos. Passemos, de imediato, para a identificação da conjuntura anterior a guerra.

De uma forma geral, o período que antecede a Primeira Grande Guerra, na Europa, foi um momento de paz. Mas a paz era real para alguns e para outros era uma paz inquieta, visto que a guerra estava presente em certas mentes. Outro facto saliente é que a Alemanha, por sinal a prussiana, caminhava rumo à hegemonia mundial. Tanto mais que os resultados que ela estava a alcançar em todos os domínios da vida eram estrondosos, o que estava a acentuar muito mais sua a condição de potência. Estas condições iriam propiciar um estatuto especial a Alemanha, o que a converteria em “condutor do mundo”. Poucos Estados, nessa altura, tinham condições para rivalizar com a Alemanha.

Este era o estatuto da Alemanha e o avanço formidável que ela possuía era incontestável. Mas a postura de alguns integrantes da liderança que comandava os destinos do país não se adequava e a dinastia Hohenzollen estava a promover o espírito de superioridade em relação a tudo e a todos (a família Hohenzollen ostentava vários títulos). Ao mesmo tempo, os alemães sustentavam a necessidade de uma guerra. Estes aspectos estavam a criar bases para doutrinar as gerações mais novas. E a doutrinação das gerações mais novas iria ser feita a partir da ideia de uma hegemonia mundial germânica assente na força e na teoria da inevitabilidade da guerra.

Mas o discurso alemão estava a ser seguido com muita atenção e era objecto de leituras atentas. Na realidade, era um discurso com sentido hegemónico que iria pôr em marcha uma confederação antigermânica, na medida em que, no discurso alemão, estava explícita uma parada militar. Esta visava atingir a França, a Rússia e a Grã-Bretanha. Esta atitude era o prenúncio do militarismo alemão, como consequência directa da doutrinação que eles estavam a fazer em todas as esferas da vida do país. Com o tempo, a partir de 1871, o tom de voz da Alemanha aumentou.

Além disso, em 1882, a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália estabeleceram uma coligação (Tripla Aliança). Todavia, Guilherme II entrou em cena e, como ele estava embebido da doutrina Hohenzollen, passou a privilegiar as questões militares (Guilherme II foi o último imperador alemão, pertencente a família Hohenzollen). Diante do progresso que a Alemanha registava, Guilherme II não se coibiu e, em 1885, anunciou que a Alemanha é uma potência mundial, sem rodeios nem hesitações.

Em simultâneo, concebeu um vasto plano militar onde estabeleceu como prioridade da Alemanha a criação de uma grande armada. Não se deixou ficar por aí, a Alemanha expandiu o seu império em África e no Pacífico. O plano alemão deixou a Grã-Bretanha alarmada e de sobreaviso. Aliás, a Grã-Bretanha era a maior potência naval e tinha interesses a defender.

As circunstâncias da própria vida precipitaram, no entanto, outras situações, factores externos de peso na correlação de forças, ligadas ao conhecido desastre (derrota) militar na Manchúria (Rússia-Japão, 1905). Este facto externo favoreceu e encorajou a Alemanha, ao ponto de ameaçar a França e caucionar a Áustria-Hungria a anexar duas províncias da Jugoslávia (a Áustria anexou a Bósnia e a Herzegovina). As presentes atitudes alemãs, nomeadamente: o desafio naval a Grã-Bretanha, as ameaças contra a França e os eslavos, criaram as condições que deram lugar ao pacto de entendimento entre a Grã-Bretanha, a França e a Rússia, em busca de contrapeso (Tripla Entente, 1907). Por isso estavam criadas, de maneira clara, as condições para a estruturação de um discurso alternativo, sem exclusão de um confronto directo.

Mas do outro lado da barricada, os espíritos também se exaltaram e surgiram assim, um pouco por certos recantos da Europa, atitudes imperiais similares da Alemanha. As forças de tom imperial estavam presentes na Inglaterra, França, Itália e nos Balcãs (era o imperialismo moderno e com um fundo de “nacionalismo megalómano” – um nacionalismo tornado agressivo pela prosperidade). Em função aos fins estabelecidos, as forças imperialistas puseram em marcha os seus planos.

Assim começaram pequenas guerras e anexações na Europa e em outras regiões (a Itália fez guerra a Turquia e, além disto, anexou Tripoli. Em 1912, a Sérvia, a Bulgária e a Grécia assaltaram a Turquia e arrancaram-lhe todas as possessões europeias). Para bem dizer, as grandes potências europeias da época, sem qualquer excepção, estavam mais interessadas na implementação das suas políticas nacionais. Estas são as causas remotas da Primeira Guerra Mundial.

Passemos agora para as causas imediatas da guerra. Aqui há a considerar o quadro tenso que prevaleceu no domínio das relações internacionais e a estrutura do sistema internacional, assim como o facto de que todos os grandes Estados da Europa estavam imersos num nacionalismo agressivo e tendiam a fazer a guerra. Aliás, o que reforçou muito mais a crise foram os interesses conflitantes que avultavam em toda a Europa, além de que as alianças entre alguns Estados estavam a ser construídas em torno de uma perspectiva de guerra (a Turquia aliou-se à Alemanha e a Sérvia à Rússia. A Roménia também era aliada da Alemanha. A França e a Rússia estavam unidas por uma aliança. E a Grã-Bretanha assinou um pacto com a Bélgica, devido à neutralidade da última).

Ocorreu, no entanto, um incidente que criou praticamente outro conjunto de condições que favoreceram a tormenta em direcção à guerra. Tratou-se concretamente da morte do arquiduque Francisco Fernandes (herdeiro do trono austríaco. Ele foi morto (28.6.1914) em Sarajevo, capital da Bósnia, por um nacionalista sérvio). Este facto forçou as intenções em carteira. Tanto mais que o Governo austro-húngaro pôs em marcha um plano de guerra e lançou um ultimato à Sérvia. E o governo austro-húngaro não se coibiu e, de pronto, declarou guerra à Sérvia a 28 de Julho de 1914. Essa atitude da Áustria-Hungria abriu às portas para o começo da guerra, que foi sustentada pelo sistema de alianças que prevalecia na Europa.

Diante da declaração de guerra da Áustria-Hungria, a Rússia, que estava coligada à Sérvia através de uma aliança, accionou de imediato o seu aparato militar e mobilizou os seus efectivos, bem como decretou também a mobilização geral. Perante a atitude da Rússia, a Alemanha, sem demoras nem hesitações, declarou guerra à Rússia. Estes três actos em catadupa marcaram o começo da guerra. Consequentemente, a Alemanha invadiu a França e, de seguida, atacou a Bélgica, violando a neutralidade desta. Em presença deste estado de coisas, a Inglaterra não hesitou e declarou guerra à Alemanha, pois ela estava do lado da Bélgica. Assim, em Agosto de 1914, terminou a paz na Europa.

Descritas as causas imediatas da guerra, resta discorrer sobre desenvolvimentos subsequentes. A Alemanha pôs em marcha o seu plano ofensivo contra a França, mas a Inglaterra e a Rússia entraram de imediato para a guerra. No auge do confronto, os combates revestiram-se com características de guerra de trincheiras (a defensiva sobrepôs-se à ofensiva). E a guerra desenrolou-se assim.

Em 1915, a Itália abandonou a Tripla Aliança e juntou-se aos aliados, declarando guerra à Alemanha e à Áustria. No mesmo ano entrou em cena a Bulgária, mas combatendo do lado da Alemanha. Portugal só entrou para a guerra em 1917, mas, em 1914, declarou guerra à Alemanha. Porém, os contendores fizeram a guerra em duas frentes: na Ocidental e na Oriental.

Devido ao desgaste da guerra, a Rússia ressentiu-se e estava à beira do colapso. O domínio alemão, por essa altura, era evidente. Agora que as partes conflitantes entraram em 1917, o quadro económico e social era gritante em muitos países da Europa. Mas a situação era mais crítica em alguns países do que noutros. É assim que a Rússia tombou logo no início de 1917, pois a sua situação era insustentável. A situação da Rússia agravou-se muito mais devido à crise política interna e a falta de auxílio por parte dos seus aliados. Este quadro criou as condições para a assinatura de um acordo de paz com a Alemanha. Ainda assim, essa situação foi suficientemente explorada pelo movimento revolucionário russo e deu origem à Revolução de Outubro. Conforme se previa, a Alemanha impôs a Rússia a paz de Brest – Litovsky, assinada pelas partes a 2 de Março de 1918.

Convém reter que as condições gerais da guerra, desde o começo de 1917, favoreciam a Alemanha e, nestas circunstâncias, ela tinha possibilidades para conquistar uma paz razoável. Aliás, a Alemanha teve oportunidades similares, em 1916, porque ela já possuía certa supremacia na marcha dos acontecimentos. Mas essas possibilidades não estavam a ser aproveitadas pela Alemanha.

Outro facto é que, no decorrer da guerra, a Alemanha, em 1916, fez um bloqueio contra a Inglaterra e a França, mas não resultou. Na senda do bloqueio aos seus inimigos, em 1917, a Alemanha prosseguiu com o seu plano e em 17 de Junho de 1917 proclamou o bloqueio completo. Na verdade, o bloqueio foi uma proeza mas isso implicou acções impensadas e desumanas. A Alemanha tinha afundado navios de passageiros de modo indiscriminado, o que mereceu o protesto e a condenação norte-americanas e não só. Devido à gravidade dos actos da Alemanha, os Estados Unidos da América intervieram na Grande Guerra (os Estados Unidos da América durante muito

tempo estiveram virados para as suas fronteiras e estavam mais interessados com as questões domésticas). Os Estados Unidos da América entraram para a guerra no dia 6 de Abril de 1917, a partir do território francês, o que se traduziu num reforço aos aliados na frente Ocidental.

Este novo elemento favoreceu a ofensiva aliada contra a Alemanha. Os alemães ficaram desgastados, por razões de vária ordem. Isto era o começo do revés. As derrotas alemãs avolumaram-se e, no dia 8 de Agosto de 1917, sucedeu a estrondosa derrocada. Derrota que deixou as tropas alemães com muito poucas alternativas. Em simultâneo, as tropas aliadas da Alemanha (forças austríacas) retiraram-se de forma desordenada da Itália. Depois capitulou a Turquia e a Bulgária apresentou uma proposta de paz. E logo a seguir, para surpresa, também aconteceu a capitulação da Áustria-Hungria.

Nesta altura, a situação era incómoda para a Alemanha e para os seus aliados. Era visível a derrota dos aliados. Diante deste conjunto de dificuldades, Guilherme II e o príncipe herdeiro fugiram para a Holanda e os alemães renderam-se a evidência dos factos. Em 11 de Novembro de 1917, as partes envolvidas na guerra assinaram um armistício. A guerra chegou ao fim.

Retratados de forma sucinta alguns dos momentos da Primeira Grande Guerra, vamos interromper a exposição para introduzirmos aspectos relativos à atitude de Portugal. Depois retomaremos outra vez o tema geral, para expormos outras ideias e produzirmos considerações teóricas sobre este evento mundial.

II Portugal e a Primeira Guerra Mundial

Para compreendermos a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, é preciso ter em conta todo um conjunto de elementos históricos que se prendem com alianças feitas entre Portugal e a Inglaterra e outros aspectos decorrentes de planos da Alemanha como potência colonial.

Há que destacar aqui que a aliança anglo-lusa é antiga e foi, sucessivamente, ajustada no tempo. Segundo o arrolamento feito, a aliança entre as duas nações data desde que Portugal se tornou uma unidade política autónoma e era alvo de ameaças dos Estados de Aragão e Castela. Essas ameaças obrigaram as partes a subscrever alguns acordos (1373 e 1386). Deste os mais remotos acordos, as partes assinaram, conforme as necessidades e os desafios, outros tratados. A título de exemplo, o Tratado de WhiteWall de 1660 já colocava em evidência o auxílio ou a assistência militar inglesa a Portugal para defesa dos seus territórios.

Ideia similar também está patente no Tratado de 1703 onde se coloca ênfase no apoio militar, em qualquer circunstância, a Portugal. A ideia da assistência militar sempre esteve incorporada no corpo dos diferentes tratados que as partes rubricaram. Tanto mais que a aliança anglo-lusa, amarrada aos velhos princípios, foi renovada e reforçada, quer em 1904, quer em 1912. Como se vê, eles renovaram os acordos dois anos antes de rebentar a Primeira Grande Guerra.

Quando começou a guerra e a Inglaterra declarou guerra à Alemanha, Portugal, amarrado a aliança tradicional, não teve outra alternativa senão tomar parte na guerra do lado do seu aliado natural. Como Portugal se encontrava amarrado a um acordo com a Inglaterra, logo não se justificava a neutralidade de sua parte. Aliás, a Inglaterra reiterou o seu incondicional apoio aos portugueses em caso de um ataque a qualquer possessão portuguesa. Desta maneira, a República Portuguesa manifestou a sua atitude formal pública quanto à guerra no dia 7 de Agosto de 1914, após discussão do Congresso da República.

Depois de explicitar as suas posições em relação à guerra, Portugal teve como preocupação o reforço militar das suas possessões: Angola e Moçambique. Esta medida foi tomada porque esses domínios faziam fronteira com os territórios (colónias) sob alçada alemã, nomeadamente: o Sudoeste Africano e o Leste Africano (Namíbia e Tanzânia).

Há que esclarecer, no entanto, as razões subjacentes no acto português e outras questões. Destaquemos os seguintes factos. Desde há muito que outras potências coloniais estavam interessadas nas colónias portuguesas, na medida em que Portugal enfrentava imensas dificuldades. Em 1898, Portugal vivia, para bem esclarecer, uma situação muito aflitiva em termos económicos e financeiros. E a dívida portuguesa era avultada. Como forma de encontrarem uma saída para a situação calamitosa em que estava Portugal, aventou-se a hipótese de alienarem parte das suas colónias.

Nestas circunstâncias, a Alemanha procurou tirar partido da situação devido aos seus apetites expansionistas. Por isso, ela tinha pressionado a Inglaterra para colocassem as colónias portuguesas sob a esfera da influência das duas potências. Neste sentido, os alemães e os ingleses assinaram dois acordos a fim de, numa situação mais delicada, repartissem os territórios portugueses. Quando a situação se tornou nebulosa para Portugal, a Alemanha prontificou-se a auxiliar com um empréstimo mas com a condição de colocarem a colónia de Angola como caução.

Por aqui já podemos ver os propósitos da Alemanha. Tratava-se, para bem dizer, de uma velha aspiração alemã, e que a levou a obrigar a Inglaterra a assinar um acordo em 1898. A Inglaterra assinou esse acordo porque estava numa situação crítica e sem grandes alternativas. O ímpeto alemão era evidente. No entanto, Portugal manobrou diplomaticamente quando tomou conhecimento do acordo e fez outro acordo secreto, em 1889, com a Inglaterra (Tratado de Windsor). Tal proeza se deveu a coragem de marquês de Soveral. Por isso, o acordo anglo-alemão estava a perder força com o evoluir da situação, mas a Alemanha alimentava alguma esperança. Mais tarde, a Alemanha forçou outro acordo, em 1913. Logo não se podia esperar outra atitude por parte de Portugal, quando se colocou o problema da guerra de 1914.

Uma vez manifesta a condição para salvaguardar as suas possessões (Angola e Moçambique), os portugueses puseram em marcha um plano de defesa. Para a defesa de Angola, Portugal enviou um corpo de expedicionários. O corpo tinha na sua composição “um quartel-general, um batalhão de infantaria, uma bateria de metralhadoras, uma bateria de artilharia de montanha, um esquadrão de cavalaria, serviços de saúde, engenharia, administração militar, transportes e de etapas”. O tenente-coronel Alves Roçadas comandou o corpo expedicionário na primeira etapa e o general Pereira de Eça esteve a frente do mesmo na segunda etapa.

Ao corpo expedicionário atribuíram duas missões: a primeira, assegurar a ordem no seio das populações autóctones e a segunda, controlar a fronteira sul em pontos mais importantes (ver relatório de Alves Roçadas, 1918). Em Setembro de 1914, os expedicionários partiram e chegaram a Angola, em Outubro. Mas enquanto decorriam esforços para o fortalecimento das colónias com pessoal e meios, Portugal tratou de acautelar a preparação das suas tropas para participarem no teatro de operações da Europa. Para o efeito, começaram a preparar uma Divisão Auxiliar, que evoluiu mais tarde para Divisão de Instrução. Esta unidade congregou 30.000 homens. Nestas condições, as tropas portuguesas entraram, em 1917, para a Grande Guerra.

III Impacto da Primeira Guerra Mundial em Angola

Agora interessa ver as questões relacionadas com o impacto da guerra em Angola. Para compreendermos este momento, há que ter em consideração as acções da Alemanha e a resistência das populações autóctones no sul de Angola. Aliás, são esses episódios que obrigaram Portugal a reforçar as posições militares na colónia e a desencadear uma série de operações militares.

Conhecidos os interesses da Alemanha, logo era provável que ela desencadeasse uma ofensiva contra Angola a partir do território do Sudoeste Africano ou que sucedessem outros desenvolvimentos. Como a resistência das populações autóctones no Sul também era um facto palpável mesmo antes da guerra, agora com a guerra que prevalecia tudo apontava para a perda do controlo sobre as populações e o território, o que representaria um rude golpe contra os interesses de Portugal.

Estamos diante de duas situações. Uma externa que era reflexo de uma velha pretensão alemã e outra interna que se enquadrava no contexto das resistências e revoltas das populações autóctones contra o jugo colonial português (René Pélissier, História das Campanhas de Angola Resistência e Revoltas 1845-1941). Estamos diante de dois assuntos intrincados e independentes, mas ao mesmo tempo interligados. Mas interligação só se deu a partir de um determinado momento. Isto é, em 1914.

Se de facto esta era a realidade, porque é que se rotula o recrudescer da resistência das populações autóctones do Sul como um acto resultante da instigação alemã? Em sentido contrário, até que ponto é que se tratam de acções concertadas e com apoio alemão? Quem procurou tirar partido do novo acontecimento (Grande Guerra)? Quem ganharia caso Portugal não tivesse capacidade para refrear o ímpeto das populações autóctones? Poderiam tais populações autóctones de Angola aparecer como entidade política autónoma? Ou era uma luta que visa dificultar o projecto colonial?

As respostas às perguntas são várias. Mais a grande verdade é que Portugal tinha que defender os seus interesses. Também era impensável, na conjuntura do contexto, conjecturar ao nível de uma autonomia de populações autóctones. Logo seria a Alemanha, como unidade política, que haverá de tirar proveito dos acontecimentos, o que facilitaria o seu velho sonho. Por isso, até certo ponto, ela alimentou a revolta das populações autóctones de Angola, ao ponto de fazer uma aliança política e militar com o rei Mandume.

Ambos os problemas já tinham, de facto, certa duração. A resistência à presença colonial era um dado patente e que apenas ganhou outra coloração na conjuntura da Grande Guerra. Significa dizer que o impacto da Primeira Guerra Mundial em Angola tem a ver incontestavelmente com as pretensões alemãs e com as “revoltas indígenas” no contexto da Grande Guerra, visto que os cuanhama, os cuamato e os evales aproveitaram habilmente o momento para desafiar e desarticular o poder colonial. Tanto mais que se instalou uma crise militar no seio dos efectivos militares portugueses (a Crise Militar de 1915-1917).

A este respeito, o general Ferreira Martins, na sua obra *História do Exército Português*, destaca abertamente o seguinte: «Em Angola, a luta não durou muito tempo e limitou-se a escaramuças de fronteira, marchas e contra-marchas sem grande lastro para qualquer dos contendores. Mais reforço demandou a subjugação das populações indígenas [...]» (*História do Exército Português 1*, pág. 536).

Na esteira da intrepidez das populações indígenas, uma figura que merece destaque aqui é o líder dos cuanhama, rei Mandume, que soube manobrar no tempo e tirou proveito do diferendo luso-alemão. Ele apresentou-se com um líder perspicaz e denodado, pois foi capaz de fazer a leitura do ambiente envolvente. A sua lucidez é de tal ordem que ele foi capaz de arquitectar uma força armada, e com os seus homens enfrentou as forças portuguesas.

Retomemos, no entanto, as questões relativas à guerra em Angola. Uma vez reforçadas as posições militares, com o corpo de expedicionários saídos de Portugal e com tropas indígenas, as operações militares passaram por duas fases.

A primeira fase é a que se liga ao comando do tenente-coronel Alves Roçadas (1914). Nesta fase o que se assistiu de mais significativo foi o combate com os alemães (18 de Dezembro de 1914). Esse combate deu-se em Naulila. Mais quanto menos se esperava sucedeu a rendição dos alemães, que se encontravam no Sudoeste Africano, às tropas sul-africanas e inglesas. Isto constituiu um alívio para as forças portuguesas. A segunda fase começou com o general Ferreira de Eça (1915). Nesta altura as forças portuguesas passaram a contra ofensiva.

Como as pedras no tabuleiro se movimentaram de forma inversa, os esforços militares portugueses, na segunda fase, concentraram-se para operações de sujeição de indígenas revoltados. É assim que, no prosseguimento das operações, “quatro destacamentos marcharam de Humbe em várias direcções, recuperando o Forte Cuamato, Evale e Naulila. Só o destacamento do Cuanhama deparou com dificuldades,

encontrando o grosso dos indígenas revoltados e batendo-os na Môngua em três combates sucessivos (18 e 20 de Agosto). Socorrido por dois outros destacamentos, o conjunto das forças pôde pacificar o território sem mais questões” (*História do Exército Português 1*, pág. 537).

Expostos os dados relativos ao impacto da guerra, retomamos por conseguinte a reflexão de um modo mais geral sobre a Primeira Guerra Mundial. Com o fim de articularmos factos históricos e questões teóricas, de modo a tornar a análise mais produtiva e para encontrar a base explicativa do evento. Passemos às considerações essenciais sobre o assunto.

No mundo existe, desde a paz de Vestefália, o sistema de Estado territorial. Esta é a principal referência quando nos referimos à política internacional e ao papel dos Estados no domínio dos assuntos internacionais. Por definição, a política internacional deve ser entendida como a política onde não se faz sentir a presença de um soberano comum. Também, desde 1648, a política internacional é considerada como anárquica, em alguns momentos, e, em outros momentos, como um “sistema de auto-ajuda” (Joseph S. Nye Jr, 2002). Estas considerações são essências para compreendermos o tipo de política internacional que preside o mundo. Por isso, as unidades políticas modernas sempre se reviram nessas referências, em termos de política internacional. Assim, para entender a Primeira Guerra Mundial, é essencial partir das considerações expostas sobre a política internacional.

Além disso, é útil partir do princípio de que o sistema internacional não abrange apenas os Estados. O sistema internacional tem a ver, de igual modo, com o “padrão de relacionamentos entre os Estados”. À margem do delineado, a experiência atesta que a distribuição de poder entre Estados, no domínio das relações internacionais, é um meio que permite determinar o comportamento dos mesmos. Não obstante o delineado, o elemento que possibilita produzir um exame cabal neste contexto é a perspectiva sistémica, uma vez que ela engloba a estrutura e o processo de um determinado sistema. Por sua vez, a estrutura e o processo são os dois elementos que nos permitem ver como se encontra distribuído o poder e como se processam as interações entre Estados e não só.

Produzidas as considerações preliminares, resta indagar: Quais eram a estrutura e o processo do sistema internacional no século XIX? Como é que eles evoluíram até ao fim do sublinhado século? Analisando com profundidade a questão, tomando como referência as ideias de Joseph S. N. Jr., chegaremos à conclusão de que a estrutura do sistema internacional do século XIX era multipolar. O que equivale dizer que existiam vários centros de poder mas sem nenhuma potência dominante. Mais a multipolaridade de poder que se observou, durante esse período de tempo, alterou-se na última quarta metade do século XIX por várias razões.

Por exemplo, a Alemanha apareceu unificada. Esta unificação e outras situações contribuíram para a mudança no que toca a distribuição de poder na Europa. Além disso, na última quarta metade do século XIX, a Europa viu surgir alianças entre a França e a Rússia, bem como entre a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália, em 1882. Foi o momento em que surgiu o sistema de alianças.

Quando a Europa entrou no século XX fizeram-se outras alianças entre a França e a Inglaterra (Dupla Entente, 1904). Por outra, a Alemanha, a Itália e a Áustria-Hungria renovaram a Tripla Aliança (1907). E a Rússia incorporou a Entente, o que lhe fez evoluir para Tripla Entente (França, Inglaterra e Rússia), em 1907. Com isto, a Europa estava diante de um esquema rígido de alianças, o que deu lugar de forma crescente à bipolaridade de alianças. A bipolaridade de alianças estava arquitectada de tal forma que ela endureceu, o que representava o prenúncio da guerra. E tudo se agravou muito mais quando se registou a perda de flexibilidade, de parte a parte, factor importante do ponto de vista do equilíbrio de poder.

Falando em equilíbrio de poder, no âmbito da presente análise, convém referir que durante o período anterior a Primeira Grande Guerra ocorreu uma mudança significativa em termos do equilíbrio de poder entre os sistemas de alianças. Ou seja, o equilíbrio de poder deixou de ser multipolar. Este aspecto foi outro catalisador da Primeira Guerra Mundial. Estas e outras situações, que nós já detalhámos, constituem os factores que estiveram na origem da Primeira Guerra Mundial.

Conclusões

O desfecho da guerra é o que conhecemos e que deu lugar, em 1919, ao Tratado de Paz de Versalhes e ao que se designou por sistema de Versalhes. Quanto à participação de Portugal na guerra, a mesma deveu-se à aliança com a Inglaterra e à necessidade de defender as suas possessões. Tanto mais que o general Ferreira Martins, ao analisar a problemática da Grande Guerra, destacou o seguinte ponto de vista: «foi [...] a eclosão da 1ª Grande Guerra e a intervenção de Portugal ao lado dos Aliados que salvaram o Império Português Africano e o puderam manter até 1975» (História do Exército Português 1, pág. 537).

Finalmente, analisámos os aspectos da Primeira Guerra Mundial e o seu impacto em Angola.